

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Centro de Atenção Psico - Social - CAPS Itapeva

CNPJ : 61.699.567/0014-07
Nota da Administração



Nota da Administração: Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da S.P.D.M - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M, o Parecer da Assembleia dos Associados da S.P.D.M e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Centro Psicossocial CAPS Itapeva**. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25, inciso XIX, submetemos à apreciação de V. S.^{as} o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho

Administrativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28/02/2017. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira**. - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2016 - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2016 - Valores em Reais		
Ativo	2016	2015	Passivo	2016	2015
Ativo Circulante	3.253.346,14	2.900.331,05	Passivo Circulante	3.253.346,14	2.900.331,05
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	58.461,09	551.477,44	Fornecedores (Nota 3.8)	2.941,22	9.394,30
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	2.628,63	20.493,45	Serviços de Terceiros Pessoa Física/Jurídica (Nota 3.9)	27.332,51	90.271,76
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	55.832,46	530.953,99	Salários a pagar (Nota 3.10)	-	248.076,06
Contas a Receber (Nota 3.3)	2.764.620,96	1.978.173,22	Contribuições a recolher (Nota 3.11)	61.565,15	61.468,92
Valor a Receber Secretaria Saúde do Estado São Paulo (Nota 3.3.1)	1.300.000,00	650.000,00	Provisão de férias (Nota 3.12)	408.913,50	365.662,24
Estimativa de Rescisão Contratual (Nota 3.3.2)	1.011.256,54	874.808,80	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.12)	32.649,11	29.252,98
Valor em Negociação - Contrato/Convênio (Nota 3.3.3)	453.364,42	453.364,42	Estimativa de Rescisão Contratual (Nota 3.3.2)	1.011.256,54	874.808,80
Outros Créditos (Nota 3.4)	284.331,38	282.042,30	Impostos a recolher (Nota 3.13)	-	76.686,81
Adiantamentos a fornecedores (Nota 3.4.1)	18.759,94	6.873,37	Obrigações Tributárias (Nota 3.14)	-	12.238,77
Antecipações salariais	1.081,04	621,13	Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03 (Nota 3.15)	2.725,53	2.220,34
Antecipação de férias (Nota 3.4.2)	32.462,05	44.721,38	Outras contas a pagar (Nota 3.16)	6.572,35	67.207,09
Outros créditos e adiantamentos (Nota 3.4.3)	232.028,35	229.826,42	Estrutura SPDM	3.572,51	-
Despesas Pagas Antecipadamente	9.223,23	11.290,48	Convênios/Contratos públicos a realizar (Nota 3.17)	1.622.185,37	1.041.177,03
Prêmios de seguros e outros a vencer (Nota 3.5)	9.223,23	11.290,48	Baixa de Obrigações com Materiais Terceiros (Nota 3.18)	73.632,33	21.865,95
Estoques	136.709,48	77.377,61	Passivo Não Circulante	180.408,41	240.399,22
Materiais e Medicamentos (Nota 3.6)	136.709,48	77.377,61	Obrigações-Bens Móveis de terceiros (Nota 3.7)	664.114,30	657.864,30
Ativo Não Circulante	180.408,41	240.399,22	Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros (Nota 3.7.1)	(483.705,89)	(417.465,08)
Ativo Imobilizado-Bens de Terceiros (Nota 3.7)	180.408,41	240.399,22	Total do Passivo	3.433.754,55	3.140.730,27
-Bens Móveis	57.138,62	83.943,06	Patrimônio Líquido (Nota 5)	-	-
Bens de Terceiros (Nota 3.7)	462.284,30	462.284,30	Resultado do Exercício (Nota 6)	-	-
Ajuste vida útil - bens terceiros (Nota 3.7.1)	(405.145,68)	(378.341,24)	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	3.433.754,55	3.140.730,27
-Ativo Intangível (Nota 3.7.1)	123.269,79	156.456,16	Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado		
Intangível de Terceiros (Nota 3.7.1)	201.830,00	195.580,00	Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2016 - Valores em Reais		
Ajuste vida útil - Intangível Terceiros (Nota 3.7.1)	(78.560,21)	(39.123,84)	Descrição	2016	2015
Total do Ativo	3.433.754,55	3.140.730,27	1 - Receitas	8.696.257,04	8.522.305,83

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2016 - Valores em Reais		
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2016	2015
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	(786.669,57)	(912.454,83)
(Aumento) Redução em estoques	44.200,89	(18.276,26)
Aumento (Redução) em fornecedores	(117.363,48)	50.897,53
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	418.612,19	618.018,64
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(59.990,81)	(14.222,70)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(501.210,78)	(276.037,62)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Adição de Bens de Terceiros	8.224,43	14.222,70
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	8.224,43	14.222,70
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos tomados	-	176.673,36
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	-	(176.673,36)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	-	-
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(492.986,35)	(261.814,92)
No início do período	551.447,44	813.262,36
No final do período	58.461,09	551.447,44

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revista das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro de Atenção Psicossocial CAPS Itapeva, Rua Itapeva, 700 - Cerqueira Cesar, São Paulo - SP CEP 01332-000, CNPJ n.º 61.699.567/0014-07.

3 - Principais Práticas Contábeis. Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classifica-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal.

3.1-Caixa e Equivalentes de Caixa: Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias. Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária e aplicação oficial e representam em 31.12.2016 o montante de R\$ 58.461,09 conforme demonstrado no quadro abaixo.

	31.12.2016-R\$	31.12.2015 -R\$
Saldos em Bancos	2.628,63	20.493,45
Saldos Aplicação Financeira	55.832,46	530.953,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	58.461,09	551.447,44

3.2-Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

3.3-Contas a receber: A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme Resolução Nº 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisões e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas.

3.3.1-Valor a Receber: Os valores registrados nesta conta em 2016 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao CONVÊNIO 016/2016, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, totalizam R\$ 1.300.000,00.

3.3.2-Estimativa Rescisão Contratual: A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 26 da Resolução 1.409/12, que trata de contas de compensação. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SES. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2016, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

	Saldo Final em 31.12.2016	Saldo em 31.12.2015
Estimativa Rescisão Contratual	R\$ 474.930,04	R\$ 417.085,61
Aviso Prévio indenizado	R\$ 536.326,50	R\$ 457.723,19
Multa FGTS Rescisória (50%)	R\$ 1.011.256,54	R\$ 874.808,80
Total	R\$ 1.011.256,54	R\$ 874.808,80

3.3.3-Valor em Negociação- Contratos/Convênio: Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC Nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma.

3.4-Outros Créditos: São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição.

3.4.1-Adiantamento a Fornecedores: Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamento realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte, vale refeição e alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente, o saldo em 31/12/2016 foi de R\$ 18.759,94.

3.4.2 - Antecipação de Férias: A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Artigo 145, O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no artigo 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

3.4.3- Outros Créditos e Adiantamento. Representam valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde.

3.5-Despesas Pagas Antecipadamente. As despesas antecipadas são aquelas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competência subsequentes. Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e de imóveis. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade.

3.6-Estoques: Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia,

continua

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

- livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual
- Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h



imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



continuação

reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que a aprova.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M. • **Dr. Vladimir de Freitas Júnior** - Diretor Técnico - CRM: 50095

Técnica de Saúde Butanta (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zelina (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assit. Farmaceut. CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Pq Fontes do Ipiranga, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão p/ Pessoas com Deficiência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assist. VI Form. Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assist. - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assist. - STS Perus / Piratuba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assist. da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT), Coord. de Emerg. Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Ênio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18/04/2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira; Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana; Sr. José Eduardo Ribeiro; Dr. Agenor Pares . objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30/03/2017. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3; Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

VIOL SPE S.A.

CNPJ nº 11.873.300/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 25 de abril de 2017

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	2016	2015	Passivo	2016	2015
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	9.626	501	Fornecedores e contas a pagar	1.064	13.556
Contas a receber	3.187	4.632	Partes relacionadas	-	540
Partes relacionadas	293	351	Impostos e contribuições a recolher	1.651	312
Outros créditos	590	697	Total do passivo circulante	2.715	14.408
Total do ativo circulante	13.696	6.181	Não Circulante		
Não Circulante			Impostos diferidos	-	9.346
Contas a receber	-	45.175	Total do passivo não circulante	-	9.346
Partes relacionadas	-	2.477	Patrimônio Líquido		
Impostos diferidos	-	7.074	Capital social integralizado	100	893.788
Outro créditos	104	104	Reservas de capital	-	540.000
Investimentos	-	134.876	Reserva de lucros	10.985	-
Propriedade para investimento	-	1.258.667	Prejuízos Acumulados	-	(2.962)
Imobilizado	-	14	Total do patrimônio líquido	11.085	1.430.826
Intangível	-	12	Total dos Passivos e Patrimônio Líquido	13.800	1.454.580
Total do ativo não circulante	104	1.448.399			
Total dos Ativos	13.800	1.454.580			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital (-)		Reserva	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Resultado do Período	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total patrimônio líquido
	social	integralizar		Legal	Investimentos				
Saldos em 01 de Janeiro de 2015	420.000	-	540.000	-	-	(5.706)	-	228.764	1.183.058
Aumento Capital - AGE 28/11/2014	413.814	(218.850)	-	-	-	-	-	(194.964)	-
Aumento Capital - AGE 30/10/2015	80.000	(58.590)	-	-	-	-	-	(21.410)	-
Integralização de capital	-	257.414	-	-	-	-	-	(12.390)	245.024
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.744	-	-	2.744
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	913.814	(20.026)	540.000	-	-	(2.962)	-	-	1.430.826
Aumento Capital - AGE 20/10/2016	568.589	-	(540.000)	-	(5.776)	-	-	-	22.813
Redução Capital - AGE 20/10/2016	(1.482.303)	-	-	-	-	-	-	-	(1.482.303)
Integralização de capital	-	20.026	-	-	-	-	-	-	20.026
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	19.723	-	-	19.723
Destinação do resultado do período	-	-	-	20	16.741	2.962	(19.723)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	100	-	-	20	10.965	-	-	-	11.085

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) básico/diluído por ação)

	2016	2015		2016	2015
Receita Líquida	25.372	27.215	Resultado Financeiro		
Custos dos Aluguéis	(5.513)	(17.955)	Receitas financeiras	16	65
Lucro Bruto	19.859	9.260	Despesas Financeiras	(74)	(11)
Despesas Operacionais			Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	24.977	3.017
Gerais e administrativas	(584)	(5.562)	Imposto de renda e contribuição social - correntes	(5.527)	-
Equivalência patrimonial	(623)	(1.325)	Imposto de renda e contribuição social - diferidos	273	(273)
Outras receitas (despesas) líquidas	6.383	590	Lucro Líquido do Exercício	19.723	2.744
Lucro Operacional antes dos Efeitos Financeiros	25.035	2.963	Lucro Básico/Diluído Por Ação	0,09	0,01

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador - CRC 1SP 202165/O-9

"As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas, estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia"

